

Modernismo e história da literatura na década de 1950 em Santa Catarina

Héverton Malagoli da Silva

Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC

hevertonhst@yahoo.com.br

Resumo: O presente artigo analisa a obra de Osvaldo Ferreira de Melo Filho, em busca do pensamento sobre a literatura catarinense da década de 50. Nos escritos do autor, podemos perceber quanto aspectos que não são literários interferem nas obras e quanto as questões formuladas sobre literatura refletem sempre questões mais amplas. Por meio dessas perguntas e da maneira que o autor se propõe a respondê-las, podemos entender um pouco de sua visão a respeito da sociedade em que vive e sobre o passado.

Palavras-chave: História da literatura catarinense; Modernismo; Grupo Sul; Osvaldo Ferreira de Melo Filho

Title: Modernism and history of literature in Santa Catarina in 1950s.

Abstract: This article analyzes Osvaldo Ferreira de Melo Filho treatise about literature of Santa Catarina of the years 1950. We could perceive how non literary aspects affected the treatise and how the formulated questions about literature reflect more ample questions. Through these questions and the way Osvaldo Ferreira de Melo Filho answers, we can understand a little bit of this society vision and this vision of the past.

Key words: Santa Catarina's literature history; Modernism; Grupo Sul; Osvaldo de Ferreira Melo Filho

O presente artigo tem como principal objetivo analisar os escritos de Osvaldo Ferreira de Melo Filho sobre a história da literatura catarinense. Suas obras são de particular importância, tendo escrito para a *Sul*, revista publicada em Florianópolis de 1949 a 1952. O autor é testemunha ocular das discussões literárias da época e aparentemente, como veremos, mantinha contato com o grupo modernista. O fato de seus textos serem publicados nos permite supor que as idéias do autor eram ao menos respeitadas pelos modernistas. Por esses motivos, acreditamos encontrar na sua obra uma porta de entrada para o pensamento sobre a história da literatura catarinense na década de 1950.



Analisaremos dois artigos publicados na revista *Sul*. O primeiro, “Há uma Literatura Catarinense?”¹, de 1953, levanta uma discussão de importância crucial para o autor. O outro foi publicado em 1956, fruto de novas pesquisas: “Introdução à História da Literatura Catarinense”². Além desses artigos, analisaremos também o seu livro lançado em 1958, e reeditado em 1980, que mantém o nome do artigo de 1956.

Antes de partir para a análise desses escritos, no entanto, é importante fazermos uma contextualização do tema. Podemos dizer que a obra de Melo Filho acompanha e se inscreve dentro dos debates que envolviam os modernistas catarinenses. Quando este primeiro grupo modernista é fundado, a Academia Catarinense de Letras, de características realistas e parnasianas, dominava o cenário cultural do estado. Para Nina Leal Sabino, a Academia teve, em sua fundação na década de 20, uma ação renovadora do ambiente cultural, apesar de defasada em relação à produção artística dos grandes centros do país. Para a autora, nos anos 40 o que prevalece em Santa Catarina ainda é a literatura dos anos 20. Em suas palavras: “Assim, o que o Grupo Sul encontra ao despontar, em 1947, é um Realismo/Parnasianismo extemporâneo, no modorrento panorama literário de Santa Catarina”³.

A autora utiliza como fonte os próprios autores modernistas e escreve, fazendo uma referência ao escritor Salim Miguel:

A Academia Catarinense era (é) uma bela adormecida... nos bosques da indiferença. Outros grupos não existiam. Havia um que outro lobo solitário das letras. Este, contudo, ou acabava se perdendo entre a apatia geral, ou emigrava para outros estados. Um marasmo total ia por tudo.⁴

A visão descrita acima, embora apresente pouca visão histórica, é recorrente nos trabalhos sobre o Grupo Sul. O livro de Lina Sabino, publicado a partir de uma dissertação de mestrado em Literatura, é rico em suas análises literárias, mas peca em ver a literatura fora do contexto social. A primeira ressalva importante a ser feita é que o movimento modernista catarinense se vincula à expansão desse movimento na década de 40 e, portanto, não cabe relacioná-lo diretamente com a Semana de Arte Moderna de 1922. O próprio Melo Filho observa que o movimento de 1922 é restrito a alguns centros, enquanto o movimento da década de 40 é bem mais amplo e atinge todo o

1 MELO FILHO, Osvaldo Ferreira. Há uma literatura catarinense? In: *Sul*, Florianópolis: IOESC, n. 21, p. 3-7, 1953.

2 *Idem*. Introdução à história da literatura catarinense. In: *Sul*, Florianópolis: IOESC, n. 27, p. 7-18, 1956.

3 SABINO, Lina Leal. Grupo Sul: o modernismo em Santa Catarina. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982. p. 8.

4 Correio do Povo, Florianópolis, 05 de Janeiro de 1956. *Apud*: SABINO, *op. cit.*, p. 8.



país.⁵

Outro ponto que merece atenção é a referência a Salim Miguel. Para entendermos o trecho da autora, devemos ter em mente o momento em que foi escrito. Desde a sua fundação, o Círculo de Arte Moderna, ou CAM, posteriormente chamado de Grupo Sul, entrou em forte discussão com o grupo que dominava o cenário cultural local. A revista *Sul* surge como uma forma de divulgar a arte modernista, e também como veículo para dar respostas à Academia, já que esta usava o jornal *O Estado*, publicado em Florianópolis, para divulgação e crítica. Os debates em geral se travavam com os modernistas, utilizando a revista e alguns outros jornais, com a resposta sendo publicada no jornal *O Estado*. O ponto de maior tensão na discussão foi um artigo publicado por Élio Ballstaedt, em 1950, intitulado “Goethe e os Novos”, que defendia a idéia “de que os gênios caracterizavam-se pela independência de criação, reagindo contra os convencionalismos de época”⁶. Altino Flores, um dos líderes da Academia, respondeu duramente ao artigo e a discussão durou vários meses. Parece difícil esperar um comentário gentil de um dos líderes modernistas, em meio às constantes discussões, mais diminutas na entrevista que originou a frase, mas ainda assim recentes e acessas.

Essa visão simplista de Mello sobre o papel que o Grupo Sul assume na história da literatura, derrubando o atraso apresentado pela Academia, é uma das razões que pesaram na nossa escolha de fontes. Sempre nos pareceu difícil captar os reais pensamentos em meio a essas discussões. As frases às vezes buscavam apenas atingir um adversário, tinham um alvo definido. Analisadas soltas não oferecem, portanto, a mesma visão de uma análise que as leia em seu próprio contexto, que é de discussões e de rivalidade. Não parecem, às vezes, frutos do pensamento realmente presente. Por isso a nossa escolha de fonte,

Melo Filho começa a escrever em 1953, dentro da revista *Sul*, e publica sua obra em 1958 com o clima muito mais calmo. É possível notar mudanças em seu pensamento entre os seus artigos e a nota à segunda edição do livro, publicada em 1980, em que adverte: “A juventude do autor, à época, justifica, por sua vez, um que outro comentário menos tolerante sobre a obra de alguns de nossos ancestrais, bem como um enfático inconformismo com o que lhe parecia omissão e mau gosto literário”.⁷

Com essa pequena introdução, podemos partir para a análise do primeiro artigo, publicado na edição 21 da revista *Sul*. Ali o autor tenta responder à pergunta-título: “Há uma literatura

5 MELO FILHO, Osvaldo Ferreira de. **Introdução à história da literatura catarinense**. 3. ed. rev. Porto Alegre: Movimento, 2001.

6 *Ibidem*, p. 115.

7 *Ibidem*, p. 7.



catarinense?”. Para Melo Filho, as análises da literatura catarinense feitas até então apresentam dois problemas principais: o primeiro é identificar como literatura catarinense aquela feita por catarinenses, assim considerados aqueles que nasceram em Santa Catarina. Essa abordagem é utilizada por H. Muniz, identificado por Melo Filho apenas como um jornalista gaúcho, e que o leva a concluir que não existe uma literatura catarinense, ou pelo menos uma literatura que possa ser conhecida no cenário nacional.⁸ O autor retoma a discussão travada anteriormente em periódicos e afirma que são catarinenses escritores como Cruz e Sousa e Virgílio Várzea. Lembra, inclusive, da própria Academia, que é característica de uma época, de um estado desligado do mundo. E, por último, lembra dos novos: “êsses em cujo meio já existe uma literatura nascente, que cheira à terra fresca, mas cuja obra, ainda vacilante, suficientemente honesta, útil para que mereça o respeito e a atenção dos que se preocupam com a evolução do pensamento na terra barriga verde”.

Voltaremos a essas afirmações posteriormente. Por ora, vamos analisar o segundo problema, que consiste em considerar como catarinense aquela literatura que possa ser identificada como tal, por aspectos sociais, independente da origem do seu escritor. O autor discute com uma obra escrita por Nereu Correa, da qual não há uma referência bibliográfica no texto. Para Correa, não há uma literatura catarinense porque os regionalismos, que dividem o estado em pelo menos três regiões, não permitem a constituição de uma literatura que possa ser entendida por todos como catarinense, pois as regiões são tão culturalmente diversas que torna impossível uma classificação nesse sentido. Contra isto, Melo Filho observa que a existência de uma literatura regional não é importante: “Afim de contas, Santa Catarina é Brasil e não há muita coisa que difira esta região das demais”⁹. O autor prossegue, encontrando nas diferenças dentro do estado semelhança com outras regiões brasileiras:

O ambiente de nosso litoral pode influenciar o nosso escritor da mesma maneira que o fariam as praias de Paraná ou Espírito Santo. O nosso planalto oferece o ambiente pastoril idêntico ao do Rio Grande do Sul. Apenas o Vale do Rio do Peixe, com sua constante miscigenação, poderiam oferecer alguma novidade¹⁰.

E por fim a sua definição do que deve ser a mensagem da arte:

A mensagem profundamente humana da arte é universal, por excelência. Mas como a arte exige **verdade**, bastará o caráter **nacional** da obra, devido à língua, à psicologia do povo, ao seu folclore e às suas manifestações mentais. E no Brasil há absoluta unidade linguística: as diferenciações dos tipos bio-psíquicos do homem

8 MELO FILHO, 1953, p. 3.

9 *Ibidem*, p. 4.

10 *Ibidem*, p. 4.

do Norte e o do Sul não identificam dois povos diferentes, como acontece com outros países; e também o folclore brasileiro está todo estratificado sobre os mesmos elementos básicos, de maneira que, assombrosamente, quase todos os autos populares e quase todas as lendas e quase todo o cancionário infantil apresenta poucas variantes, para todo o País, Cruz e Souza, deixou ao mundo uma mensagem nova no sentido e na forma. Poderia tê-la escrita no Rio, em Minas, em Biguaçu. E não seria nem maior nem menor por isso.¹¹

Essa parte da obra chama atenção para o caráter nacional da arte, assim podemos entender um pouco do que foi a missão modernista em Santa Catarina. A idéia de atualizar as artes com o que acontecia nos grandes centros, pelo menos para esse autor, significa também afirmar Santa Catarina como parte do Brasil. Essa associação entre modernismo e historiografia, e de ambos com a construção de uma identidade nacional, merecia um trabalho muito mais extenso. O que não nos impede de fazer algumas observações. Essa questão da identidade nacional dá ao trabalho modernista uma dimensão muito maior do que a que se esperaria de um movimento artístico. Trata-se também de uma missão de integrar o estado de Santa Catarina ao Brasil. O que estava em jogo era muito maior do que discussões sobre questões literárias; estava em jogo a igualdade, para eles a igualdade com outros centros.

No seu segundo artigo, Melo Filho, já embasado por mais três anos de pesquisa, retoma os problemas anteriores, aprofunda-os e traz à tona algumas novas discussões. Ainda tentando resolver o segundo problema do artigo anterior, pergunta-se até que ponto a arte tem que ser regional para se tornar universal. Em sua resposta, vai de encontro à idéia de que uma arte catarinense seria aquela que versasse exclusivamente sobre os temas do folclore, pois para ele o escopo de estudos sobre o que é literatura é bem mais amplo, como descreve na passagem que se segue¹²: “Prefiro a pretensa novidade germânica em considerar, no estudo literário de uma região ou de um povo, todo o acervo de obras, desde que bem escritas, versando sobre êste assunto, ficção, ciência ou poesia”¹³.

Feita essa observação, Melo Filho reformula a sua grande questão, que começa a ser respondida em seu primeiro artigo: literatura catarinense é aquela produzida por nascidos em Santa Catarina, ou aquela produzida em Santa Catarina? Para ele a primeira alternativa, aparentemente óbvia, é equivocada porque nascer em Santa Catarina não faz ninguém catarinense; é sua permanência em Santa Catarina e sua ligação cultural que fazem alguém ser, de fato, catarinense.¹⁴

11 *Ibidem*, p. 4-5.

12 MELO FILHO, 1956.

13 *Ibidem*, p. 8.

14 *Ibidem*, p. 10.



Pelo mesmo motivo não é considerado escritor catarinense aquele que, de passagem por Santa Catarina, deixa seus escritos.

O autor acaba por responder assim ao seu questionamento:

Então, porque se tornava preciso chegar a uma solução, convencionei chamar catarinense a todo escrito que a Santa Catarina tenha a obra ligada, não por uma questão de ecologia cultural, se cabe o termo. Para ser catarinense, tinha o autor, principalmente, que representar o traço cultural predominante dentro de determinada área geográfica.

Se o questionamento sobre o que é ser catarinense continua sendo uma questão extremamente complexa, podemos enxergar na resposta alguns aspectos redutores. O primeiro é a influência do meio sobre o autor, da qual ele não poderá escapar e que será determinante em sua obra. A outra, que parece um paradoxo, é limitar a arte com traços culturais específicos, o que, portanto, acaba por ser conservador. Aquele que não se encaixa ao traço predominante não é catarinense, à arte, assim, só cabe retratar o que está dado culturalmente, o que é conhecido e reconhecido como cultura.

O autor não cai em reduções sociais, como nos alerta Roger Chartier¹⁵, mas leva a arte a uma redução geográfica, pois não leva em consideração que um mesmo traço cultural está sujeito a resignificações e, portanto, pode ser entendido de maneiras diferentes. Há uma rigidez na escrita, amarrada geograficamente, e na leitura, pois o mesmo escrito é representativo de uma cultura. O autor não chega a levar em consideração a possibilidade de escritos com visões diferentes, sobre os mesmos traços, e também não leva em conta a possibilidade de o mesmo escrito, apreciado por pessoas de culturas distintas, ter leituras diferentes que fujam da que foi originalmente pensada.

Ao invés de a literatura ser vista como cultural, e que portanto faz parte da cultura ao mesmo tempo que dela é resultado, para ser vista como apenas um resultado de uma cultura que é anterior a própria cultura escrita.

O que esse autor traz de novo em seu artigo é que nas colônias alemãs há uma literatura catarinense em língua alemã. Essa é a principal mudança do seu primeiro artigo para o segundo. Conforme já foi dito, uma das características que unem a literatura de todos os estados, inclusive Santa Catarina, é a unidade lingüística. Seguindo esse raciocínio, nas antigas colônias alemãs de Santa Catarina essa unidade está quebrada, porque se escreve, tanto nos livros como em periódicos e correspondências pessoais, em alemão, até a Nacionalização. Essa sua nova definição, que não

15 Cf. CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII.** Trad. Mary Del Priori. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

chega a ser tão nova pois não havia sido formulada em seu artigo anterior que apenas colocava os problemas, permite identificar a cultura escrita das colônias alemãs como catarinenses, e como consequência os próprios colonos são sobretudo brasileiros, a despeito de se comunicarem em alemão e de manterem contato com a Europa.

Se no primeiro artigo a questão era da identidade nacional, nesse outro artigo a questão principal é a da identidade catarinense. Novamente as questões literárias são extrapoladas. Ao tentar delimitar o campo de sua pesquisa, Melo Filho tem que lidar com essa questão complexa. A sua mudança com relação à idéia de nacionalidade na arte permite considerar as cidades de colonização alemã como catarinenses e, assim, integrá-las ao Brasil.

Os dois artigos são publicados quase que na íntegra no primeiro capítulo de seu livro publicado em 1958. Nesse capítulo, o autor expõe as motivações de seu trabalho: para ele, a história da literatura catarinense estava para se contar e seu livro era o começo, abrindo espaço para novas obras.¹⁶ O autor mostra que a obra partiu de uma idéia não levada à frente pelo Grupo Sul.

Há alguns anos, um grupo de “novos” da Capital Barriga Verde cogitou da necessidade de uma obra de fôlego. Em artigo que publiquei na Revista Sul, nº 21, sugeri que se trabalhasse por equipe. E chegamos a formar planos. Ao Élio Ballstaedt seria entregue uma parte, ao Walmor Cardoso da Silva, outra; Salim Miguel faria uma busca na prosa de ficção; cuidaria o Aníbal Nunes Pires de outro setor; Walter Piazza seria convidado para escrever a história do jornalismo, a mim caberia um estudo sobre a nova literatura catarinense.¹⁷

Da passagem acima, chamemos a atenção para dois pontos. O primeiro é que houve uma preocupação do Grupo Sul em narrar a história da literatura catarinense, mas essa preocupação não foi maior do que a de produzir seus projetos artísticos, o que, segundo Mello Filho, levou-o a tocar o projeto sozinho.¹⁸ O outro ponto, e mais interessante, é que Melo ficaria responsável por escrever sobre a nova literatura catarinense, mas acaba mergulhando em pesquisas sobre a literatura desde a chegada dos portugueses.

Para o autor, o papel do pesquisador é a busca da verdade e, para isso, o princípio fundamental é: “Não falsear, não inventar, não procurar valorizar, à força, o que é intrinsecamente destituído de valor”¹⁹. E continua: “Por compreender isso é que não pretendo, neste trabalho,

16 MELO FILHO, 2001, p. 9-11.

17 *Ibidem*, p. 10.

18 *Idem*.

19 *Ibidem*, p. 11.



inventar nem literatura, nem literatos, e sim comentar os problemas relativos aos fenômenos literários de Santa Catarina”²⁰. Partindo daí, começa a narrar a história da literatura catarinense, que, para ele, começa em meados do século XIX. A narrativa é focada nas obras dos expoentes de cada período. Chama atenção menos a crítica literária, que ressalta a falta de formação dos escritores, ou os anacronismos de sua produção, quando o estilo por eles seguido já estava em decadência, e mais a crítica à população, sempre atrasada. Para ele, esse atraso viria da falta de estabelecimentos educacionais.

No Brasil Império,

Os jornais, além de deficiência redatorial, tinham diminutas tiragens, não podendo prestar significativo papel na orientação da opinião pública. Tãmanha era ainda a ignorância geral perante o mundo das idéias, tal a incapacidade de percepção das coisas mais graves, que os ideais republicanos por aqui espalhados, resultaram numa epopéia que apresentava características jucosas: a criação da República Juliana”.

No trecho acima, chama atenção a visão de que a falta de orientação da imprensa levou a população ao que o autor considerou um ato ignorante, referindo-se à Guerra do Contestado. Fica clara em sua obra o papel que ele julgava caber ao grupo. Em um certo sentido, o Grupo Sul deveria aproveitar-se de suas características intelectuais para conduzir a massa ignorante, massa de manobra, à arte que imperava na Europa e nos grandes centros. A idéia de que o objetivo do grupo era fazer os catarinenses tomarem contato com as novas correntes artísticas ganha um novo sentido. Em vários momentos, o autor cita artistas que teriam contribuído para maturação intelectual do povo.

O que podemos concluir da obra de Melo Filho é que a visão predominante, influenciada por uma idéia de progresso, vê a história de maneira linear. O modernismo, assim, seria o fim dessa linha; a história da arte evoluiu junto com a economia e a cultura para, enfim, chegar ao modernismo. Também fica claro que o papel que cabe ao movimento modernista é muito maior que o de qualquer movimento artístico. Sua função é, sobretudo, orientar a população para atualizar o estado culturalmente e integrá-lo ao país.

20 *Idem*.